

Apresentação Candidatura CDU – 23 Abril de 2009

Intervenção Rui Sá Engenheiro, Vereador e Candidato a Presidente da Câmara Municipal do Porto

“Camaradas e Amigos,

Não posso, em primeiro lugar, deixar de agradecer à CDU a honra que me dá pela responsabilidade de ser o seu candidato à Presidência da Câmara Municipal do Porto.

Não posso, ainda, deixar de agradecer a presença de todos, num sinal claro da confiança que a nossa candidatura suscita. É também para mim um importante estímulo ver esta sala cheia de camaradas e de amigos, de homens e mulheres que se destacam nas várias esferas da vida da Cidade.

Camaradas e Amigos,

Ao apresentarmos a candidatura à Presidência da Câmara, o sentimento que melhor define o nosso estado de espírito é o da tranquilidade da nossa consciência. De facto, ao longo deste mandato (tal como nos anteriores), a CDU foi a força política que, de uma forma incontornável, mais propostas apresentou para a melhoria da Cidade e para o bem-estar da sua População; que, com combatividade e sem qualquer esmorecimento, fez frente às medidas mais negativas da coligação PSD/CDS que governa a Câmara, bem como às do PS, que governa o País com idêntica insensibilidade e arrogância; que esteve sempre ao lado das Populações, dando voz às suas justas e prementes reivindicações; que honrou os seus compromissos eleitorais e fez jus à essência do Poder Local Democrático que requer autarcas sempre à beira das pessoas, ouvindo as suas opiniões e utilizando-as para formular propostas e projecto de Cidade.

Efectivamente, ao longo deste mandato, nas 87 visitas que fizemos às 15 freguesias do Porto, contactámos com centenas de Múncipes, entrando muitas vezes nas suas casas, verificando in loco os seus problemas e aspirações, partilhando as suas tristezas e alegrias e dando voz àqueles que a não têm.. Recebemos, num exemplo que não tem qualquer paralelismo, mais de 1600 Múncipes no Gabinete da CDU, procurando ajudar a resolver os problemas expostos. Durante este período, apresentámos cerca de uma centena de propostas escritas, que foram votadas pela Câmara, e que, abrangendo temas muito distintos, demonstraram o nosso conhecimento da realidade, bem como a capacidade de apresentarmos propostas

concretas para a transformarmos (a prova evidente da sua correcção e justeza é também demonstrada pelo facto de a maior parte delas ter sido aprovada por unanimidade, o que não obsta a que muitas delas tenham sido, depois, vítimas do “veto de gaveta” da maioria). Tomámos posição, fundamentada, sobre os diversos aspectos da Cidade, do ambiente à cultura, da habitação ao urbanismo, das finanças municipais ao comércio, da reabilitação urbana à animação nocturna, da intervenção social à educação, do desporto à orgânica municipal, do trânsito à energia, da via pública ao associativismo, dos transportes, às condições de trabalho dos funcionários do município.

Também os diversos sectores da população e os trabalhadores municipais que, durante o mandato, desenvolveram processos de luta, sabem que contaram, sempre, com o nosso activo apoio. Os movimentos de protesto contra a descaracterização e privatização do Rivoli e do Bolhão, contra a reestruturação economicista das carreiras de transportes públicos, contra os aumentos brutais e ilegais das rendas municipais, contra as arbitrariedades que a Sociedade de Reabilitação Urbana procura impor a moradores, comerciantes e pequenos senhorios, os movimentos dos moradores realojados pela segurança social, durante longos meses, em pensões, dos pais e dos alunos contra o encerramento de escolas, dos comerciantes afectados por obras mal planeadas, dos moradores dos bairros municipais contra a demolição das suas habitações; dos moradores que viviam em barracos (como as famílias do Bacelo) pelo seu realojamento condigno. Os movimentos dos trabalhadores municipais em defesa dos seus direitos (prémio nocturno, subsídio de turno, contra o encerramento da cantina dos Paços do Concelho) e contra a privatização dos seus serviços (Limpeza urbana, jardinagem dos espaços envolventes dos bairros municipais),

Podemos assim também dizer que a CDU é a força política que, nas alturas difíceis, está com aqueles que ousam lutar em defesa dos seus direitos e que é o seu projecto que corporiza as justas aspirações que, ao longo deste mandato, tiveram expressão nas lutas populares.

Camaradas e Amigos,

Este mandato não foi, em termos globais, positivos para a Cidade do Porto. Rui Rio e a coligação PSD/CDS demonstraram não estar à altura das necessidades e aspirações do Porto nem da sua População. Estes quatro anos mostraram, também, os malefícios da maioria absoluta alcançada pela direita. Porque Rui Rio não se modificou neste mandato. O que se modificou foi a correlação de forças, permitindo-lhe concretizar agora um conjunto de medidas negativas para a cidade que, no mandato anterior, não conseguiu levar a cabo porque a CDU o impediu. O que ajuda a demonstrar o importante papel que desempenhámos no mandato anterior, apesar dos ataques dos nossos adversários que, incapazes de verem os seus próprios erros e incapacidades, procuram fazer crer que a maioria absoluta da direita se deveu à força política que mais coerentemente a combateu.

Camaradas e Amigos,

Se procurássemos, numa frase, definir este mandato, diríamos que o mesmo foi um fiasco em termos de afirmação da Cidade e em termos de melhoria da qualidade de vida da sua População.

Em primeiro lugar, porque Rui Rio, alcançada a maioria absoluta, tudo fez para impor a sua posição, surdo às propostas construtivas das outras forças políticas e instituições da Cidade, cego relativamente à realidade que o rodeia e procurando tirar a voz àqueles que consigo não estão de acordo. Foi assim que proibiu os seus próprios vereadores de falarem à comunicação social sem a sua autorização, que tentou impedir os Municípes de participarem nas sessões públicas da Câmara (decisão impedida pelo Provedor de Justiça que deu razão à queixa da CDU), que diminuiu a frequência das reuniões da Câmara para não ter de “aturar” a Oposição, que deixou de ouvir o público nas sessões da Assembleia Municipal, que impôs uma cláusula censória às instituições a quem atribuía apoios com dinheiros públicos, que impôs um regulamento de propaganda que impediu, ao longo destes quatro anos, a colocação das mensagens políticas da CDU, ao mesmo tempo que usava os dinheiros públicos para atacar os seus adversários (sejam eles autarcas, colectividades da Cidade, sindicalistas, jornalistas ou órgãos de comunicação social), por intermédio dos canais de comunicação municipais).

Em segundo lugar, porque a coligação PSD/CDS diminuiu drasticamente a capacidade de angariação da receita municipal, apresentando os menores níveis de investimento dos últimos quatro mandatos e aumentando as despesas de funcionamento da estrutura municipal (que hoje é de mais de dois terços da despesa da Câmara e, se associada às empresas municipais, atingirá os 80% do total dessa despesa). A melhoria da situação financeira do Município não se deve, em termos absolutos, a uma melhor gestão, mas sim a uma diminuição do investimento, do género, “contas arrumadinhas mas cidade parada”. Cidade que, assim, perde a sua vocação de centro de uma área metropolitana e cabeça de uma região, despovoando-se, degradando-se, perdendo emprego, morrendo economicamente e não sabendo aproveitar as características únicas de que dispõe.

Em terceiro lugar, porque encetou uma política de privatização de serviços e de equipamentos municipais que, longe de se transformarem em decisões meritórias do ponto de vista económico e do desenvolvimento da Cidade, demonstraram a sua incapacidade de propor utilizações para importantes instrumentos de apoio à execução de políticas municipais (alguns adquiridos por Presidentes de Câmara do PSD, como o foram os casos do Mercado Ferreira Borges e do Rivoli), bem como a sua aversão à transparência, deixando-se enredar em teias de carácter duvidoso, como foram os casos do Rivoli, do Bolhão e da concessão dos serviços de limpeza urbana.

Em quarto lugar, porque não obstante a meritória e há muito defendida pela CDU reabilitação dos bairros municipais, a verdade é que a mesma não foi acompanhada pelo necessário trabalho social, nem pela reabilitação dos espaços exteriores ou do

interior das habitações. Simultaneamente, tomaram-se medidas que demonstram o profundo desprezo pelas pessoas mais desfavorecidas, como o comprovam os processos de demolição e de expulsão dos moradores dos bairros do Leal e de S. Vicente de Paulo (e o propósito anunciado de expulsão dos moradores do Bairro do Aleixo), o aumento brutal das rendas municipais e o facto de o Porto ser, actualmente, um dos dois únicos Municípios do País que ainda não tem uma Rede Social activa.

Em quinto lugar, porque efectivamente não teve o dinamismo necessário para promover o investimento que o desenvolvimento do Porto exige. O projecto do Parque Oriental não avançou; a requalificação da frente ribeirinha ficou-se pelo concurso de ideias; as mais extensas artérias da Cidade (Boavista e Fernão de Magalhães) agonizam; a reabilitação do centro é um verdadeiro flop, sendo hoje insofismável a paralisação da própria SRU; não está pronta nenhuma das 24 UOPG's previstas no PDM; mantém-se a indefinição na requalificação urbanística da zona industrial, a zona oriental continua abandonada; a VCI continua a ser uma ferida por cicatrizar, o pólo universitário da Asprela mantém-se um caos diurno e um deserto nocturno.

Em sexto lugar, porque apesar do esforço na criação de uma imagem de rigor e de seriedade, a verdade é que se sucedem os factos que demonstram que essa imagem não é verdadeira, havendo uma política de dois pesos e duas medidas, com prepotência para os funcionários municipais e benevolência para os amigos; de corte nas regalias remuneratórias dos trabalhadores e de salários principescos para os apaniguados políticos; de austeridade no apoio a umas colectividades e iniciativas em simultâneo com as mãos largas com que se tratam outras colectividades e outras iniciativas.

Em sétimo lugar, porque o Presidente da Câmara, objectivamente, está mais preocupado com a sua imagem a nível nacional do que com o interesse do Porto e da sua Região. E sabe-se que, num país em que o Governo se caracteriza por ser doentamente centralista e macrocéfalo, o pior que pode acontecer ao Porto e à região que encabeça é ter os seus representantes a ambicionar um lugar na administração central, utilizando o cargo para que foram eleitos como palco para exibição de putativas virtudes e não como uma tribuna reivindicativa do papel a que o Porto tem direito, no contexto de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

É assim necessária uma ruptura com as políticas que têm vindo a ser seguidas no Porto, elegendo simultaneamente um Presidente de Câmara que ame a cidade e apenas ambicione servi-la, não se servindo da mesma como uma catapulta para a satisfação da sua mera ambição pessoal.

Camaradas e Amigos,

Não é hoje o momento para apresentar em pormenor o programa da nossa candidatura, até porque a CDU, coerente com o seu projecto e reconhecida pelo trabalho que desenvolveu, não precisa, de quatro em quatro anos, de mudar de

protagonistas nem de ideias nem de programas, nem de justificar porque defende hoje aquilo a que se opunha no passado ou não concretizou quando teve oportunidade para isso...

Não posso, no entanto, deixar de abordar algumas ideias que constituem a nossa visão de cidade.

Uma primeira ideia é de que uma cidade só é boa para se viver se for boa para nela viverem todos os seus habitantes. E, quase no fim da primeira década do século XXI, nenhum Portuense que se orgulhe dessa origem pode aceitar que tanta gente viva em condições infra-humanas, muitas vezes ao nosso lado, sem que nos apercebamos dessa dramática situação, ao mesmo tempo que há centenas de casas municipais devolutas. O Porto não se pode afirmar como uma verdadeira Cidade, quando 10% da sua População é beneficiária do Rendimento Mínimo/Rendimento Social de Inserção. Não se pode implementar nenhuma política de cidade (seja ela urbanística, habitacional, ambiental ou cultural) se esquecermos que mais de 20% dos seus habitantes têm 65 anos ou mais, com todos os problemas e especificidades daí decorrentes. Não é possível pactuarmos com o facto de termos concidadãos a viverem em casas sem instalações sanitárias próprias, onde chove como na rua, onde os elementos estruturais anunciam tragédias iminentes. Não é admissível que a Câmara não ofereça as melhores condições de habitabilidade aos cerca de 20% de Portuenses que vivem em bairros municipais. Não nos podemos conformar com o facto de 13.470 Municípes do Porto estarem, inscritos nos Centros de Emprego.

Uma segunda ideia é a de que é crucial inverter esta tendência de despovoamento que leva a que cada dia que passa o Porto perca 12 habitantes que vão morar para os municípios vizinhos ou, pior do que isso, que são centrifugados para locais onde lhes proporcionam melhores oportunidades em termos de empregos e de carreiras. Isto implica políticas activas que contribuam para a fixação dos jovens, quer ao nível da disponibilização de habitação a custos controlados, quer ao nível da fixação de entidades geradoras de emprego.

Uma terceira ideia é a de que a reabilitação do Centro da Cidade e, em particular, do seu Centro Histórico só é possível com um forte investimento público e com a salvaguarda dos direitos dos seus moradores e comerciantes (e dos senhorios empenhados em recuperar os seus prédios), que não podem ser expulsos para a periferia, como tem acontecido até agora.

Uma quarta ideia é a de que compete à Câmara Municipal do Porto, e ao seu Presidente em particular, o lançamento de iniciativas e o apoio a projectos que sejam susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento da Cidade e para a sua afirmação no contexto nacional e internacional. Tal só é possível se o Presidente da Câmara entender que uma Cidade como o Porto, só se consegue afirmar se criar uma rede de parcerias entre as suas diversas instituições, unindo-as na defesa do interesse do Porto. Para que isso aconteça, é fundamental que se criem laços de colaboração entre elas (no respeito pela identidade e individualidade de cada uma), o que é o contrário do

que agora acontece, em que o Presidente da Câmara está incompatibilizado e/ou hostiliza grande parte das forças vivas da Cidade.

Uma quinta ideia é de que o Porto não pode continuar a desprezar o elemento distintivo que lhe é dado pelo facto de acolher no seu seio a maior Universidade e o maior Politécnico do País (que juntamente com diversas instituições do ensino superior privado, lhe dão um potencial que está subaproveitado), bem como instituições e iniciativas culturais únicas que importa rentabilizar e que são a demonstração de que no Porto, apesar de, muitas vezes, a autarquia o desprezar, é possível fazer coisas com qualidade (Serralves, Casa da Música, Teatro S. João, Centro Português de Fotografia, FITEI, Fantasporto, Festival das Marionetas, Fazer a Festa, são alguns desses bons exemplos), aos quais se devem juntar equipamentos como o Rivoli, o Ferreira Borges e o Bolhão como instrumentos de verdadeiras políticas culturais para a Cidade.

Uma sexta ideia é a da necessidade da melhoria da qualidade do espaço público, que se tem vindo a degradar a olhos vistos. A limpeza da cidade, a pavimentação das ruas e, principalmente, dos passeios, a melhoria da iluminação, a animação dos jardins, o combate ao estacionamento desregrado e a atenção aos pequenos pormenores podem fazer a diferença entre uma cidade desleixada e uma cidade onde apeteça viver e/ou visitar.

Uma sétima ideia passa pela motivação dos trabalhadores municipais para o seu envolvimento nas políticas municipais e na defesa da coisa pública. Os recursos humanos do Município do Porto não podem continuar a ser considerados como um entrave ao desenvolvimento das políticas municipais e/ou como um bode expiatório para o fracasso dessas políticas, antes devem ser considerados como um pilar fundamental para o seu êxito.

Com a concretização destas grandes linhas de actuação, cremos ser possível dar ao Porto o protagonismo que merece e dar à sua População a qualidade de vida que se exige.

Camaradas e Amigos,

Naturalmente que a resolução de muitos dos problemas com que o Porto se debate não são da competência da autarquia mas sim da administração central. E, nos últimos anos, as políticas seguidas pelo governo PS/Sócrates, longe de contribuírem para o desenvolvimento da cidade, tem vindo a dificultar a sua afirmação e a piorar drasticamente as condições de vida das suas gentes.

É por isso com indignação que vemos, agora, a candidata apoiada por Sócrates e pelo PS, a arvorar-se na defensora dos interesses da Cidade que tem vindo a ser espezinhados, exactamente, por esse mesmo governo e pelo partido que o sustenta, perante a passividade e a inoperância dos 5 Vereadores que detém na Câmara.

Não é possível defender o Porto e estar solidária com as políticas centralistas e centralizadoras do Governo PS. Não é possível lamentar os custos elevados das rendas dos bairros municipais e apoiar um partido que, tendo maioria na Assembleia da República, tudo faz para impedir a alteração da legislação das rendas apoiadas. Não é possível defender o comércio tradicional e, ao mesmo tempo, pactuar com um Governo que tudo faz para o destruir. Não é possível exigir mais investimento público para o Porto e, ao mesmo tempo, defender PIDDAC's que sucessivamente transferem menos verbas para a Cidade e para a Região. Não é possível chorar lágrimas pelo abandono do Centro Histórico e, ao mesmo tempo, apoiar a extinção da FDZHP, sem a criação de qualquer alternativa. Não é possível criticar os actuais modelos de reabilitação do centro do Porto e, ao mesmo tempo, candidatar-se pelo partido que viabilizou esse mesmo modelo. Não é possível copiar o lema "Porto para Todos", justamente popularizado pela CDU, e defender as políticas deste Governo que tanto tem contribuído para o empobrecimento e a marginalização de vastos sectores da População. Não é possível defender a afirmação da Área Metropolitana do Porto e, ao mesmo tempo, defender a governamentalização do Metro ou a introdução de portagens nas SCUT's.

E, creio que estarão de acordo comigo, não é possível que a candidata do partido que prossegue, no governo, a política mais à direita que se viu no pós 25 de Abril, se arvore em representante da Esquerda na Cidade

Camaradas e Amigos:

Hoje apresentamos a candidatura da CDU à Presidência da Câmara Municipal do Porto. Fazemo-lo não apenas porque a lei assim o define ou porque, em Democracia, compete ao Povo decidir e qualquer limitação a esse direito é inadmissível no Portugal de Abril. Mas também porque temos um projecto de Cidade sustentado em anos e anos de intervenção. Porque temos um património de conhecimento do Porto e de experiência na sua gestão. Porque temos provas dadas ao nível da governação de importantes pelouros. Porque temos uma equipa que nos dá garantias de realização de um trabalho de qualidade.

Mas, como Democratas que somos, respeitamos a vontade popular. Se o Povo do Porto nos quiser eleger como Presidente da Câmara, estaremos à altura dessa responsabilidade. Se nos quiser eleger, apenas, como Vereador, desempenharemos com o mesmo entusiasmo essa honrosa função.

Na certeza de que o reforço do número de votos e de eleitos da CDU é fundamental para impedir qualquer maioria absoluta e garantia de trabalho dedicado e de qualidade, de cumprimento dos compromissos assumidos na campanha eleitoral, de manutenção de um contacto permanente com as Populações, de solidariedade com as suas lutas e de defesa dos seus direitos e aspirações.



CIDADE DO PORTO

Por isso dizemos ao povo do Porto que, após 15 anos de governação da Câmara pelo PS e de 17 anos de governação do PSD com o CDS, chegou a altura de sair da rotina e de apoiar aqueles que são a verdadeira alternativa para o desenvolvimento da Cidade!

O Porto assim o exige! O Povo do Porto assim o merece!

Viva a CDU!

Viva o Porto!"